

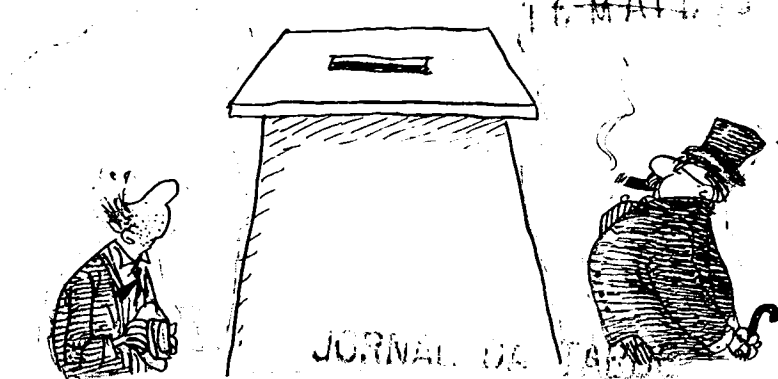
Indexação, perigo à vista.

ROLF KUNTZ

Ninguém apresentou, ainda, um bom argumento a favor de uma nova política salarial, a não ser a suposta proteção às categorias mais fracas. Mas o governo, depois de muito discurso contra a indexação, parece estar mudando de rumo. Em julho, empresários e trabalhadores não mais poderão usar o IPC-r para correção de salários. O indicador oficial deixará de existir, se não for mantido por uma nova lei. Por enquanto, gente do primeiro escalão se mostra mais preocupada que os sindicalistas.

O ministro do Trabalho, Paulo Paiva, tem conversado sobre o assunto com representantes de empregados e de empregadores. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, pouco falou sobre a questão. Mencionou, numa entrevista, a importância de evitar o repasse de 100% da inflação passada. Uma solução possível, admitiu, poderia ser uma fórmula mista, com reposição parcial das perdas mais uma parcela de antecipação. Fórmulas desse tipo foram usadas pelo menos três vezes, nos últimos 30 anos.

Qualquer política baseada na indexação, parcial ou total, é em princípio perigosa. Depois de três décadas de uso, a correção monetária se transformou, no Brasil, em mais um componente da inflação, com todos os seus efeitos concentradores. Em 1977, há 18 anos, portanto, o economista Cláudio Contador ainda podia negar o efeito realimentador da correção. Essa foi sua conclusão, depois de testar uma hipótese limitada ao caso da UPC (a Unidade Padrão de Capital do Sistema Financeiro da Habitação). Ainda assim, ele admitiu ser necessário testar a hipótese do efeito realimentador noutros casos, mencionando em par-



QUALQUER POLÍTICA
BASEADA NA INDEXAÇÃO,
PARCIAL OU TOTAL, É
EM PRINCÍPIO PERIGOSA.

ricular a taxa cambial e o salário mínimo. Além disso, teve a cautela de apontar uma forma "ideal" de correção, defendendo o uso de uma taxa menor que a da inflação medida.

No final dos anos 80 e na primeira metade dos 90, dificilmente se encontraria um preço, mesmo nos setores mais concorrenciais, livre de alguma tentativa de indexação. Passou-se a indexar quase tudo, formal e informalmente. Enfim, as idéias de repasse de custos e de correção se integraram no dia-a-dia. Há duas décadas, ainda era preciso explicar a algumas pessoas a vantagem da correção monetária. No ano passado, difícil seria falar de um mundo sem repasse automático de aumentos, ou mesmo sem compensação por aumentos ainda não realizados, mas previstos.

Com a prática generalizada, a correção se agrega, simplesmente, ao mecanismo da alta de preços. Ao invés de neutralizar, acaba reforçando a iniquidade inerente à inflação. Se ainda houvesse alguma dúvida quanto a is-

so, a experiência dos últimos anos deve tê-la dissolvido: o fosso entre os participantes e os não-participantes do mercado financeiro foi tão visível quanto o mais obscuro dos escândalos. A neutralização parcial desse efeito, a partir de julho, quando a inflação despencou, vale como um teste.

Por todos esses pontos, não se deve desprezar o risco embutido numa remontagem do esquema de indexação. O mecanismo não foi todo eliminado, mas com certeza reduzido, principalmente por causa da concorrência externa. Além disso, o País foi poupado de pressões importantes, graças à boa oferta de alimentos desde o ano passado. Isso se explica em parte pela abertura da economia e pelo desajuste cambial, mas também se deve à boa produção interna.

Num quadro de preços agrícolas menos deprimidos, e com a indexação reativada, como evoluirá a espiral de preços? A pergunta, naturalmente, é incompleta. Qualquer exploração

de cenários deve envolver a situação fiscal e a política monetária. Esta, ninguém duvida, tem sido predominantemente passiva. Quanto à questão fiscal, o governo apenas começou a consertá-la, com os cortes projetados de gastos e o avanço inicial nas reformas. A dívida pública permanece como um obstáculo ao efetivo controle da moeda. Isso tem sido usado como argumento a favor das privatizações. Não é argumento desprezível. Não se pode, é claro, usá-lo para defender a privatização atabalhoada, mas isso é outro problema.

Estas são algumas questões substantivas. A curto prazo, o objetivo mais amplo, e fundamental, ainda é criar condições para uma estabilização efetiva. Se isso não der certo, nenhum mecanismo será eficaz na proteção dos salários. Em contrapartida, qualquer política eventualmente danosa à estabilização será perigosa, também, para os assalariados, mesmo que dirigida, nominalmente, à sua defesa. Os mais ameaçados, como sempre, serão os mais fracos (os trabalhadores menos qualificados e/ou mais sujeitos à terceirização e ao desemprego). A classe média acabará dando um jeito de indexar seus depósitos bancários, à custa, naturalmente, da parte mais frágil da sociedade. É preciso lembrar estes pontos ao discutir política salarial. Política para quem?

O AUTOR

Rolf Kuntz é prof. do
Departamento de
Filosofia da USP e
jornalista de O Estado
de S. Paulo

